

2

• Referencial Teórico





## Capítulo II Referencial teórico

### Conceituando gênero e as razões de considerar o planejamento municipal desse ponto de vista, planejamento urbano e intraurbano

“O que, exatamente, expressa a palavra gênero? Por que não usamos a palavra mais comum, sexo? Porque gênero não é a mesma coisa que sexo. Sexo é o que distingue biologicamente o homem e a mulher. Gênero, no sentido em que estamos usando, diz respeito à construção social dessa distinção. A diferença biológica entre os dois sexos é praticamente imutável, e está presente em todas as sociedades, em todos os tempos. As diferenças de comportamento social entre homens e mulheres, ao contrário, mudam de uma sociedade para outra, e mudam também numa mesma sociedade, ao longo do tempo, ou seja, a partir da diferença biológica do sexo, as sociedades elaboram práticas, normas e valores – ligados a idéias como ‘certo’ e ‘errado’ – que são uma expressão cultural.” Heleieth Saffioti traz-nos a reflexão “de que o biológico, também, é cultural. Pode, portanto, ser transformado, conforme se vê nos exemplos da engenharia genética”. E pergunta se não seria melhor afirmar que “a diferença entre os sexos não é anatômica?”<sup>1</sup>

A autora afirma que, à primeira vista, esses padrões culturais podem parecer fixos, seja porque sua modificação é lenta, seja porque cada indivíduo nasce e cresce dentro deles, recebendo-os como uma herança. Mas essa idéia é enganosa: sendo uma construção social, e não uma expressão direta da natureza, eles são passíveis de modificação, e, efetivamente, se modificam. Os papéis atribuídos pelas sociedades a homens e mulheres estão nesse caso<sup>2</sup>.

É na década de 1970 que o conceito de gênero passa a ser incorporado à reflexão pelos movimentos de mulheres. Este termo foi cunhado na universidade. Os primeiros trabalhos em torno dessa questão revelavam que não seria possível alterar a posição cultural da mulher isoladamente, ou seja, sem afetar a posição cultural dos homens. Essa idéia passou a reforçar a importância da desconstrução dos estereótipos – tais como o de que a mulher é indecisa, e o homem toma decisões rápidas –, para que as mulheres se constituam em sujeitos da mudança.

É preciso ressaltar que todas as construções culturais utilizam elementos presentes na realidade. Certos comportamentos e tarefas que reforçam a idéia de submissão feminina, por exemplo, são associados à função da mulher na reprodução (gestação, parto, amamentação), como se uma coisa decorresse da outra. Mas, observando-se mais de perto, verifica-se que aquelas idéias são construídas socialmente (Barbieri, 1991), passando de uma geração para outra por meio de mecanismos sutis.

De um menino, em geral, espera-se que desde pequeno seja ativo, talvez até agressivo, enquanto a menina deve ser mais suave e delicada. Da mesma forma, espera-se que os homens dediquem-se mais às atividades públicas, e que as mulheres cuidem mais das atividades privadas, restritas à esfera doméstica. Não se diga que tal divisão é neutra, pois todos sabem que as atividades públicas são mais prestigiosas, e as tarefas privadas são tidas como secundárias. Essa desvalorização da tarefa doméstica é, na verdade, uma atribuição cultural. E nas discussões do movimento feminista que resultaram em documento na Conferência Mundial de Mulheres em Beijing ficou claro o entendimento de que se reforça o interesse em não se considerar o trabalho doméstico como tarefa, para que não lhe seja atribuído valor, o trabalho doméstico é trabalho social. Ele vai embutido na retirada da mais-valia pelo capital.

<sup>1</sup> Saffioti, H. Palestra proferida na PUC-SP, em 1999.

<sup>2</sup> Costa, 1995, p. 54. Ver no IBAM.

Chamamos a atenção para o fato de que atribuições sociais de cada sexo são definidas de forma complementar e se sustentam mutuamente: na medida em que se dá ao homem um caráter ativo, concede-se à mulher, automaticamente, um caráter passivo; se o homem tende a ser independente e racional, à mulher cabe ser dependente e afetiva<sup>3</sup>. E assim por diante. Por isso, aliás, esse tipo de discriminação – que não tem nenhum amparo na biologia de cada um – afeta também os homens. É comum, por exemplo, os funcionários de administrações municipais não terem direito a dispensa do trabalho para levar um filho doente ao médico, enquanto às funcionárias esse direito é reconhecido.<sup>4</sup> A licença-paternidade, que concede ao homem cinco dias de dispensa no trabalho após o parto da mulher, é um avanço nessa direção, e foi uma reivindicação do movimento feminista brasileiro.

Mais à frente Barbieri observa que, por isso, a abordagem que procura ressaltar a perspectiva de gênero não se preocupa exclusivamente com a condição feminina, ou com as experiências e percepções das mulheres, mas sim com a atribuição de papéis, recursos, responsabilidades e expectativas relativas a homens e mulheres. E esclarece que o “nosso convite é para que todos aceitem reaprender a olhar tais atributos, tornando visíveis – e, portanto, passíveis de avaliação crítica – as relações sociais que eles expressam”. Tendo isso em mente, ao adotar em nosso trabalho um ponto de vista que valoriza a busca de maior igualdade, somos levadas a questionar todas as idéias preconcebidas, tanto as que dizem respeito à mulher quanto as relativas ao homem, faces da mesma moeda. Gênero é, portanto, uma categoria relacional.

E, à pergunta “que tem isso a ver com planejamento municipal?”, respondemos que tem muito, pois quem trabalha com a formulação de políticas está sempre diante do desafio do desenvolvimento. Para que todos tenham um padrão de vida decente, é necessário generalizar o acesso a educação, saúde, emprego e melhores níveis de renda. Esse acesso, no entanto, como se sabe, é até hoje muito desigual. E entre as desigualdades mais importantes está aquela que separa homens e mulheres.

Quanto a nós, planejadoras/es de políticas públicas urbanas e rurais, se debatermos essas questões, incorporando-as a nosso cotidiano pessoal e profissional, isso poderá contribuir para modificá-lo, aumentando assim a eficiência das intervenções públicas.

Algumas autoras afirmam que se deve levar em conta o item “gênero e desenvolvimento”, e não se podem conceber as instituições de governo e as organizações sociais sem a presença ativa de homens e mulheres<sup>5</sup>. Levando em conta essa diferenciação e a necessidade de incorporar a questão do gênero nas políticas públicas, Carolice Moser<sup>6</sup> desenvolve *dois conceitos-chave* que orientam o planejamento daí decorrente: papéis e necessidades de gênero.

A administração comunitária tem sido de natureza voluntária e basicamente desempenhada por mulheres, salvo exceções<sup>7</sup>. Em São Paulo, nos movimentos de luta pela moradia a participação das mulheres é muito grande. A direção, no entanto, está nas mãos dos homens. Poucas são as mulheres dirigentes. As que fazem parte do coletivo diretor ainda são tímidas, mas garantem a estruturação e mobilização do movimento<sup>8</sup>. Claro que existem mulheres em destaque como a Verônica do Movimento de Moradia da área do centro da cidade de São Paulo, candidata a vereadora no ano de 2004.



Passeata do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, na cidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Pressuposto para que se desenvolva trabalho semi-escravo, que a mulher seja servil ao homem e considere natural este comportamento.

<sup>4</sup> Discussão desenvolvida em publicação do IBAM

<sup>5</sup> Informação obtida em publicação do IBAM.

<sup>6</sup> Moser, 1993, p. 33-65.

<sup>7</sup> Informação obtida em publicação do IBAM.

<sup>8</sup> *Id.*, *ibidem*.

Ainda na questão dos papéis, observa-se que nas ocupações um dos problemas enfrentados é a violência doméstica praticada por maridos ou companheiros, e a União de Mulheres têm sido procurada freqüentemente para contribuir na solução destes conflitos, com uma equipe de assistentes sociais, psicólogas e advogadas organizando grupos de auto-ajuda, fortalecendo a auto-estima das mulheres e discutindo com a coordenação desses movimentos de luta, e em suas assembléias gerais, qual o tratamento mais adequado nestas situações de violência, assim como o projeto que completa 10 anos em 2004, por nome Capacitação de “Promotoras Legais Populares”.

O segundo conceito, o de “política comunitária” voltada ao atendimento de necessidades, diz respeito à organização comunitária, atividade em que as mulheres vêm demonstrando grande capacidade e talento. Mas, mesmo aí, o peso da ideologia tradicional reforça a tendência a que os homens assumam a liderança e conquistem para si uma posição de autoridade, cabendo às mulheres a execução de grande parte do trabalho prático de articulação e organização, sem, no entanto, serem diretamente responsáveis pela tomada de decisões<sup>9</sup>. E nos partidos políticos a situação não é diferente.

Aqui destacamos a classificação feita por aquelas autoras, separando as decisões de uma maneira genérica em dois tipos: as práticas e as estratégicas. As primeiras estão diretamente relacionadas ao papel reprodutivo (enfocando assuntos como saneamento básico e saúde) e dizem respeito às condições de vida; atendê-las significa criar facilidades para o cotidiano da população. As segundas relacionam-se à busca de transformações mais profundas na condição da mulher e do homem, questionando sua subordinação, desafiando os papéis tradicionais, tornando menos desigual a divisão de trabalho e de poder na sociedade<sup>10</sup>.

A luta específica das mulheres não pode estar descolada das políticas mais gerais. Por exemplo, o combate à violência doméstica e sexual deve ser diretamente contemplado nas políticas econômica, habitacional, saúde e de educação, de forma que se garanta em seu conteúdo a mudança de comportamento que desenvolva nas meninas e meninos a relação de igualdade. Um grande número de mulheres suporta violência doméstica e sexual de seus companheiros ou maridos por não terem condições econômicas e educacionais, por lhes faltar a profissionalização que lhes possibilitaria ter emprego, entrar num plano de financiamento de casa própria, ou mesmo arcar com um aluguel.

Elas sempre estiveram no mercado informal<sup>11</sup>, nos chamados “trabalhos invisíveis”, como o doméstico, que é o suporte emocional e estrutural do grupo familiar. Invisível também era o processo importante que já vinha se dando, mas que só nos últimos tempos vem tendo visibilidade: a intenção de “libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais como ‘a condição feminina’”, desconstruindo-se valores ideológicos e perseguindo trilhas do conhecimento histórico concreto<sup>12</sup>. Essa nova situação que vem sendo construída visa a dificultar a posição do homem agressor<sup>13</sup>, que tem a mulher fragilizada, emocional e materialmente<sup>14</sup>. Mas a antiga condição teima em prosseguir, pois ela é mantida pela estrutura do sistema capitalista, nela diretamente interessado.

Ressaltamos, porém, que o fenômeno da violência doméstica é mais complexo, pois as mulheres das classes dominantes também sofrem maus-tratos e têm muita dificuldade para libertar-se dessa situação, pois, com certeza, temem perder *status*, dinheiro, conforto material, e destacam o dilaceramento de suas almas que a impedem de reagir. Tudo

<sup>9</sup> *Id.*, *ibidem*.

<sup>10</sup> Mostre, 1993, p. 65.

<sup>11</sup> Desde a primeira hora do trabalho livre, quando os homens negros não conseguiam nenhum tipo de trabalho, a mulher negra passou a sustentar a casa vendendo quitutes nos locais próximos. Elas continuam ainda hoje a arcar com a sustentação econômica de muitos lares: ao mesmo tempo em que cuidam da casa, dos filhos, lavam roupa, pegam costura de carregação e varam madrugadas trabalhando informalmente.

<sup>12</sup> IBAM, *Introdução ao planejamento de gênero*.

<sup>13</sup> Apesar de que a violência doméstica independe da dependência econômica das mulheres, pois ela se dá em todas as classes sociais, e a tomada de decisão das mulheres para livrar-se desta situação se dá num contexto mais complexo do que aquele gerado pela submissão econômica.

<sup>14</sup> IBAM, *Introdução ao planejamento de gênero*.

isto agravado também por esse comportamento de tolerância da violência que permanece e que segundo dados da fundação Perseu Abramo (2002) no Brasil a cada 15 segundos uma mulher é espancada.

É evidente que, para as mulheres das classes populares, a falta de condições econômicas faz com que a violência seja agravada, já que elas ainda não têm facilidade de acesso aos serviços que lhes proporcionariam defesa, além de apoio psicossocial e jurídico. O movimento feminista continua formulando propostas de intervenção nas Delegacias de Defesa da Mulher, e também para criar, no plano do Executivo; centros de referência de atendimento jurídico e psicológico, além de, no Judiciário, a Vara de violência de gênero e o Juizado especial de crimes de violência de gênero<sup>15</sup>. Sem contar as casas de abrigo – que precisam multiplicar-se – para mulheres ameaçadas de morte por ex-maridos e companheiros, namorados e ex-namorados.

Mas ainda aqui estamos tratando de maneira um tanto simplista<sup>16</sup> todo o histórico de violência vivenciado por gerações e gerações de mulheres. Esse histórico acabou por ser visto como uma condição natural da estrutura familiar, e, assim sendo, toda a subjetividade construída nesse processo tem que ser levada em consideração nessa análise<sup>17</sup>.

E trata-se, na verdade, de uma reflexão recente, dos últimos 30 anos, muitas questões e idéias a ela relacionadas estão ainda em elaboração, e, por isso, num primeiro momento, é preciso que a informação sobre esse assunto seja difundida, de modo que o maior número de pessoas sensibilize-se e inicie a capacitação de todas/os as/os envolvidas/os no processo de planejamento. Além disso, é necessário construir formas de implementação prática das políticas que forem sendo coletivamente definidas”. E este processo deve ser incorporado de baixo para cima e de cima para baixo, desde as reuniões por ruas e vielas, passando por debates em cada bairro, e culminando em discussões que representem o conjunto da cidade.

Destaca-se aí que o Estado deve incorporar em sua estrutura espaços para a materialização dessas políticas públicas, criando ou aparelhando melhor organismos específicos que tratem dessas questões, como coordenadorias da mulher, secretarias e ministérios, programas específicos em todas as secretarias. Mas com a preocupação de impedir que estes fiquem correndo ao largo da política global adotada. Porque o que temos visto são organismos sem nenhuma estrutura, sem dotação orçamentária, apenas fachadas que fingem cumprir promessas de campanha eleitoral. Esses organismos servem apenas para acomodar grupos feministas que atuam não como poder instituído, mas como verdadeiras guerreiras que cavam isoladamente beiras nas secretarias, com base em amizades com funcionárias/os, sem verbas e, em sua maioria, sem assento nas reuniões do secretariado.

Até agora, a expressão “gênero” tem sido usada para ressaltar as diferenças entre mulheres e homens. E ela tem-se tornado cada vez mais freqüente na universidade, na literatura sobre o tema, nos jornais, em revistas e em debates. A discussão sobre gênero é, na verdade, um novo momento ou um desmembramento da luta da mulher, que teve como suporte o movimento feminista e seu ativismo político pela igualdade de direitos e de oportunidades, bem como suas lutas contra a subordinação e a discriminação da mulher.

<sup>15</sup> Proposta encaminhada pela União de Mulheres de São Paulo com apoio da OAB mulher, Movimento do Ministério Público Democrático e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública e as Promotoras Legais Populares, entre outras, ao Ministério Público e para o Supremo Tribunal Judiciário do Estado de São Paulo e ao Congresso Nacional. No âmbito de São Paulo.

<sup>16</sup> Gonzaga, T.O. - A violência de gênero, que acontece mais freqüentemente no âmbito doméstico, é anterior à organização do Estado e do sistema econômico vigente. Várias/os antropólogas/os, filósofas/os e pensadoras/es afirmam que a primeira exploração do homem pelo homem foi a da mulher pelo homem, com o objetivo de exercer a dominação, e para tanto a mulher tendo de ser transformada em sua propriedade, e o homem passando a controlar, daí por diante, o exercício da sexualidade dela a fim de garantir que o filho(a) a nascer realmente fosse dele, e assim, com a herança reservada a esse/a filho/a, obter a continuidade da instituição da família e o esquema da dominação. Com tantos milhares de anos nesse processo, estruturado em torno dos mesmos arquétipos do poder, a subjetividade necessita de uma ressignificação para construção da autonomia (cf. Trabalho Programado I, p. ).

<sup>17</sup> Ver *Caderno de violência doméstica: Uma questão política*, 1997; *Violência doméstica e sexual: Conheça seus direitos*, da União de Mulheres de São Paulo; e *Mulheres espancadas*, de Azevedo, M.A.

### Planejamento de políticas públicas de gênero

Aqui novamente queremos reforçar que “para qualquer planejamento de políticas públicas de gênero faz-se necessário o conhecimento da história social das mulheres. Não se pode deixar de proceder, como etapa primordial, a uma cuidadosa análise interpretativa da historicidade dos conceitos, pois nesse campo se trabalha com processos não determinantes, secundários ou alternativos e, por isso, com estruturas, conjunturas, eventos, temporalidades diversas, que se entrecruzam no tempo”<sup>18</sup>.

Devemos proceder de modo que em cada ato possamos entender do modo mais profundo possível os desejos e necessidades da população-alvo, e dando destaque especial às mulheres. É conhecida a experiência ocorrida em uma aldeia da Ásia, em que as mulheres, em grupo, carregavam todas as tardes caçambas de água para o uso diário, andando para isso alguns quilômetros. Até que um arquiteto, chegando a esse lugar, após observar a rotina dessas moradoras dali, concluiu que deveria construir uma cisterna para amenizar o fardo dessas mulheres, e assim o fez.

Mais tarde várias daquelas mulheres suicidaram-se. Elas irem buscar água em grupo tinha um sentido social muito forte, pois era o único momento em que podiam conversar, ter vivências em comum e trocar suas dores e sofrimentos, e este ritual foi destruído<sup>19</sup>. Acredito que esse episódio deve marcar nossa prática, nós, que temos o poder de interferir no fazer social de um grupo humano, não podemos impor as nossas necessidades ou os nossos conhecimentos técnicos de saneamento, habitabilidade e estruturação de espaços ignorando os desejos e necessidades de outrem, nós, que muitas vezes assumimos o papel de gestores.

A coexistência de uma multiplicidade de tempos abre uma vertente estratégica para o estudo da experiência histórica das mulheres, com o objetivo precípuo de documentar a materialidade social dos conceitos e das palavras, e sobrepor a história social à história dos conceitos, tornando uma dependente da outra. A historiografia feminista há de perseguir o estudo da semântica, diferenciando na linguagem ritmos diferentes de tempo. As palavras tendem a uma historicidade mais lenta, ao passo que os conceitos movem-se mais rapidamente, de modo que, na obra do historiador, níveis de temporalidade diferentes entrecruzam-se, configurando uma pluralidade de tempos simultâneos<sup>20</sup>.

Não por mero acaso, Julia Kristeva escrevia em 1979<sup>21</sup> em seu ensaio sobre a temporalidade das mulheres em oposição à linearidade do tempo histórico. Tal como pode ser captada pelos historiadores da modernidade, essa pluralidade de tempos varia, de modo que muitas vezes existe um descompasso entre certas transformações sociais e as palavras dos testemunhos; em outras ocasiões, os conceitos é que estão adiantados em relação a uma potencialidade do devir social prestes a irromper<sup>22</sup>.

Nesse sentido, a historiografia feminista abre sua trilha de historicidade na aventura do contemporâneo: a fim de dar conta da construção do cotidiano das classes trabalhadoras ou marginalizadas. Seguindo esse caminho, a historiadora deve refazer perspectivas, parâmetros, conceitos, para não cair na armadilha do hegemônico. O cunho renovador da história social das mulheres, ao concentrar-se nos papéis informais e nas mediações sociais, abre espaço para a relativização das normas e das temporalidades prefixadas.

Além disso, o estudo das relações de gênero na história, substituindo a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção dessas relações e

<sup>18</sup> IBAM.

<sup>19</sup> Depoimento Tatiana Urbanovick

<sup>20</sup> *Id.*, *ibidem*.

<sup>21</sup> Kristeva, 1979.

<sup>22</sup> Kristeva, 1982.

das formas pelas quais o poder as articula em momentos histórica e socialmente dados<sup>23</sup>. Verifica-se também que a estrutura de gênero é configurada na interação com outras relações sociais, como as de raça e de classe. Assim, as relações de gênero não teriam essência fixa, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como “natural”<sup>24</sup>.

Nas décadas de 60 e 70, as questões de identidade e diferença foram inegavelmente importantes, tendo conseguido abrir espaços institucionais, como uma imprensa feminista, o cinema de mulher e os estudos feministas enquanto área de conhecimento. Neste quadro, a introdução da categoria de gênero representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas.

Desde a segunda metade da década de 80, no entanto, novas perspectivas começam a ser delineadas. A própria noção de gênero e as idéias dela derivadas são discutidas como limitadoras. De uma forma não muito diversa daquela dos estudos centrados na identidade e na diferença sexual, o conceito de gênero ainda explicitaria uma tendência a universalizar a oposição entre homem e mulher. O sistema sexual de gênero deixa de ser visto, portanto, como constituinte de uma esfera autônoma e passa a ser considerado como uma posição da vida social em geral.

É nesse sentido que Laurentis<sup>25</sup> elabora o conceito de “sujeito do feminismo”, distinto tanto da idéia de mulher, como essência inerente a todas as mulheres, quanto da noção de gênero, que define a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais. A vantagem maior do conceito de sujeito do feminismo é a de atuar num espaço ambíguo e exterior ao quadro das representações tradicionais. Ainda que não se abandone o trabalho com as formações discursivas e as estruturas de representação das relações de gênero, torna-se possível a inclusão daquilo que estas representações deixam de fora: os espaços sociais ou discursivos produzidos nas margens, nas entrelinhas e nas novas formas de organização das mulheres.

O sujeito do feminismo seria engendrado pela tensão entre a negatividade crítica da teoria feminista e a positividade afirmativa de sua política. Pensando na oportunidade de um investimento radical na constituição da especificidade potencial dos estudos sobre a mulher no Brasil e na rentabilidade da intervenção do pensamento pós-colonial no estágio atual da crítica feminista internacional, podemos perceber a tarefa e as possibilidades que se abrem atualmente para a reflexão feminista no Terceiro Mundo.

### As visões da antropologia sobre a mulher<sup>26</sup>

Talvez a utilização da categoria de gênero, tão em voga hoje em dia, não signifique o alçar a um novo patamar teórico de elaboração, que parecia anunciado ao se abandonar a categoria de mulher. Esta parece ser uma seara destinada à eterna discussão sobre a validade da autodesignação e a dúvidas sobre os critérios de inclusão e demarcação de fronteiras. Sarti (1988), em um artigo de avaliação, sugere que se deva mudar o nome e argumenta com a necessidade de uma revisão dos estudos que se formulam sob essa rubrica, uma vez que, ao se estudar a mulher, ignora-se freqüentemente que tal construção social só faz sentido com o seu consorte.

Apesar de estar de acordo sobre a necessidade de a ênfase recair sobre os gêneros, eu, entretanto, entendo que, para os objetivos da presente análise, o genitivo da

<sup>23</sup> Heloisa Buarque de Hollanda.

<sup>24</sup> Scott, 1986. *Historiografia das relações sociais de gênero*.

<sup>25</sup> Laurentis.

<sup>26</sup> Heilborn, M.L. “Fazendo gênero – A antropologia no Brasil”. In: Bruschini, C. & Costa, A.O. (orgs.). *A questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas.

mulher retrata melhor a preocupação fundante desse corpo de estudos. O campo (se de fato existe) *nitidamente se define por uma discussão com as formulações feministas*. Ele nasce e adquire vigor com o reconhecimento de que este diálogo é instaurador de uma problemática<sup>27</sup> – pelo menos, de um dado modo de apreensão desta<sup>28</sup>. Se, de um lado, a valorização do tema da mulher é, sem dúvida, salutar, de outro, andamos tropeçando em material de pouca reflexão e até mesmo num mimetismo do discurso militante, ainda que este tenha méritos incontestáveis. Muitas vezes se tratou simplesmente de reduplicar o ativismo, sem pensar, em conseqüência, no que se estava fazendo. Passou-se a estudar mulher em todos os lugares, e sob os mais diferentes ângulos. Depois de examinar-se a presença feminina, passou-se a falar em gênero. Do sexo, passou-se ao gênero, mas a categoria tem sido usada sem a percepção do alcance que deve ter, na medida em que se imbrica em um sistema relacional, ou de que, se mantém algum vínculo com a base anatômica, sua principal utilidade está em apontar e explorar a dimensão social, que, em última instância, é o que importa quando se faz antropologia, assim como planejamento.

#### **Em torno do conceito de gênero<sup>29</sup>**

“A categoria de gênero foi tomada de empréstimo à gramática. O recurso às disciplinas da linguagem, aliás, é tradicional dentro do saber antropológico. Em sua acepção original, gênero é o emprego – fenômeno presente em algumas das línguas indo-européias – de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas” (*Larousse*, Tomo III, p. 756). Mas o termo tomou outros foros e significa aqui a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. Trata-se de uma referência usual na antropologia, que é resgatada e sofisticada por antropólogas afinadas com o feminismo. Desse modo, reavaliar a percepção do lugar da mulher como objeto e sujeito de pesquisa é coerente com o movimento interno do campo antropológico.

#### **Conceitos de intraurbano , planejamento urbano no caso São Paulo**

A cidade de São Paulo tem de ser entendida como uma megalópole que apresenta profundas contradições. A Área Metropolitana de São Paulo (e adotamos aqui o conceito desenvolvido por Flávio Villaça, em substituição ao de Região Metropolitana de São Paulo) tem 8.051 km<sup>2</sup> e é composta por 39 municípios, em que vivem cerca de 18 milhões de habitantes, com alto índice de adensamento urbano. Sua ocupação e expansão ocorreram de forma rápida, para algumas e alguns, desplanejada e, para outras/os, planejada.

Em nosso ponto de vista, deve ser entendida como planejada, sim, na medida em que existem normas e regras que foram criadas e são respeitadas. Há quem argumente que, se a ordem não puder ser chamada de Pública, então não existe ordem, só caos.

Na organização do espaço em nossa Área Metropolitana, podem ser apontados muitos elementos de ordem, é claro que em detrimento dos interesses da maioria da população, mas que têm plena vigência porque estão de acordo com os interesses econômicos do mercado imobiliário e financeiro. Não podemos nunca esquecer que, enquanto o Estado for instrumento apenas da defesa de interesses cuja satisfação leva à perpetuação de injustiças, dificilmente o planejamento participativo, também objeto de nossa reflexão, terá seu espaço garantido.

<sup>27</sup> Heilborn, 1990a.

<sup>28</sup> Bourdieu, 1968.

<sup>29</sup> Heilborn, 1990 a

A cidade de São Paulo é reconhecida como uma aglomeração de significação internacional, mas não chega a ser ainda uma das cidades globais que articulam as economias internacionais, ao contrário do que preconizam certos ideólogos apressados da modernização cosmética. Conta nossa metrópole, é verdade, com espaços densamente ocupados e equipados, nos quais predomina uma cultura global cujo símbolo é o consumo intensivo de bens e serviços, mas convive com espaços de extrema miséria, favelas e loteamentos irregulares, e na cidade de São Paulo em que mal sobrevivem mais de 400 mil superpobres<sup>30</sup>, dos quais a maioria são da cor negra comprovante ser uma sociedade racista e em que as mulheres e negras as mais discriminadas ainda.

Num panorama em que têm acesso ao consumo apenas os que controlam o poder econômico e político, e com a extraordinária velocidade dos processos de urbanização e metropolização, foram criadas cada vez mais deseconomias de aglomeração. Concentra-se aí maciçamente uma população que, em sua maioria, não possui poder aquisitivo, o que tem como consequência a ampliação da brecha entre a cidade real e a cidade legal.

O que chamamos de “cidade real” constitui, na prática, um obstáculo para a integração global, porque não será possível manter essa situação de verdadeiro *apartheid* social sem o recrudescimento da violência urbana. Violência, cujo caldo de cultura, formado pela miséria, precariedade das condições de vida, ausência de perspectivas e falta crônica de trabalho, o que é agravado pelo “desemprego tecnológico”, originado, por sua vez, pela mesma globalização, que gera os anseios, em grande parte ideológicos, por uma “cidade mundial” e que tem feito a cidade real crescer cada vez mais, ocasionando a degradação humana e ambiental.

Captando aspectos relevantes desse fenômeno, pesquisa recente desenvolvida pela Prefeitura Municipal de São Paulo constata que a cada oito (8) dias nasce uma nova favela em São Paulo. Enquanto a população total da cidade cresceu 60% entre 1973 e 1987, a população favelada cresceu mais de 100%<sup>31</sup>. É essa crise generalizada e a transformação constante da cidade, em direção a rumos muitas vezes não desejados, que forma o pano de fundo diante do qual iniciamos e encerramos este trabalho.

Mas, enfocando a questão por um outro lado, as metrópoles devem ser vistas como centros de crescimento econômico nos quais a acumulação de economias externas fomenta investimentos públicos e privados, e aí o monopólio da terra contribui decididamente para a formação de capital privado por meio do mercado imobiliário. Por isso, ao pensarmos um critério de planejamento urbano que se afasta daquele feito sob a égide do Estado e das empresas capitalistas, estamos tocando num ponto estratégico para o funcionamento do sistema econômico atual como um todo.

Nesse processo, as deseconomias e externalidades<sup>32</sup> negativas aí geradas não apenas se convertem em fatores adversos para o desenvolvimento humano, aumentando o grau de desemprego e o fenômeno da feminização da pobreza, como também se apresentam materialmente como degradação do meio ambiente urbano. É dentro deste quadro, em que o modelo metropolitano tradicional reclama um novo paradigma de organização do espaço, que traçamos os objetivos de nossa pesquisa, e aí procuraremos discutir as localizações no interior do tecido urbano, assim como a constituição e os movimentos do espaço intra-urbano entendido como uma estrutura territorial<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> Cebrap, 2003.

<sup>31</sup> Alva, E.N. *Metrópoles (in)sustentáveis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997, p. 12.

<sup>32</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 15.

<sup>33</sup> Villaça, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel-Fapesp-Lincoln Institute, 1998, p. 11.

Desenvolvemos considerações sobre o espaço intra-urbano e a pouca atenção que tem sido dispensada a seu estudo, tanto pelo viés teórico como pelo empírico, do ponto de vista das relações sociais de gênero, dando ênfase às mulheres. Segundo Villaça, existe pouco interesse no Brasil por desenvolver estudos espaciais de nossas metrópoles, que, quando são realizados, limitam-se, em geral, às cidades (ou municípios) centrais das áreas metropolitanas.

Além disso, cabe destacar a inexistência de estudos sobre os aspectos comuns aos espaços urbanos das diversas metrópoles. Afinal, se todas áreas urbanas que interessam ser estudadas vêm sendo produzidas um mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico – os últimos 150 anos –, sob um mesmo modo de produção dominante, mediadas pelas mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver, e há, muito aspectos comuns a seus vários espaços. Observações semelhantes podemos fazer em relação às relações sociais de gênero.

Os estudos realizados concluem, quase sem exceção, com a constatação de que todas as metrópoles têm, de um lado, uma área central mais bem atendida por equipamentos urbanos e onde mora uma minoria que participa da distribuição dos frutos do trabalho social, e de outro, uma enorme periferia, onde mora a maioria excluída dessa participação.

Baseamo-nos nas considerações desenvolvidas por Villaça, que dá amplitude e profundidade a sua análise por meio de uma dupla abordagem, a análise comparativa entre várias metrópoles<sup>34</sup> e a investigação, dentro de um amplo período histórico, da formação dos espaços metropolitanos, de maneira que possam ser captados os aspectos efetivamente estruturais.

E o conceito de estrutura é usado aí pelo prof. Villaça com apoio em Roger Bastide (1971), que chama de estrutura um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma, que a alteração de um elemento ou de uma relação entre eles altera todos os demais elementos e todas as demais relações. As estruturas são dotadas de movimento, e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento.

São considerados elementos da estrutura metropolitana o centro principal da metrópole (onde está a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior concentração de comércio e serviços), os subcentros (aglomerações diversificadas de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais e os mistos, ou melhor, os conjuntos que envolvem bairros residenciais – distribuídos segundo as diferentes classes sociais – e as áreas industriais.

Essa estrutura está imbricada a outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e os de saneamento. Entretanto, consideramos ser a primeira mais importante, pois inclui, incorpora e subjuga as demais, mais do que o contrário, embora, é importante que se diga, ela não possa existir sem aquelas.

Essa estrutura territorial mais importante também está articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a política e a ideológica. Como é sabido, estas, na concepção original de Marx (1977, 24), estão organizadas como “base” e “superestrutura”. Para não cairmos numa visão mecanicista, lembramos que a estrutura territorial é socialmente produzida e, ao mesmo tempo, reage sobre o social e interage com o território.

Foi sob a orientação desses conceitos que desenvolvemos nossa pesquisa de

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 12.

campo. E aí uma de nossas atividades principais consistiu em entrevistar mulheres, adotando como critério de seleção três modos de localização espacial, vide cap.V.

Palavras chaves:

Cidade – planejamento urbano – plano diretor – segregação – intraurbano – gênero e cidade – gênero e o intraurbano – arquitetura – projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero – direitos humanos – meio ambiente – políticas públicas, espaço privado e espaço público, história, participação e democracia.